

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde Class.: Pantanal 08

Data: 09/09/88 Pg.: 16

Ambiente

Pantanal: críticas e elogios à negociação.

Por trás de uma negociação inédita que pode vir a ser promovida entre o IBDF e uma multinacional do setor de confecções envolvendo uma área do Pantanal Matogrossense a ser preservada com recursos financeiros desta empresa, há muitas dúvidas: se por um lado a opinião civil, científica e ambientalista mostra-se favorável, por outro aponta uma série de riscos dentro de tal negociação. E espera que o assunto seja discutido abertamente antes do fechamento de qualquer negócio.

O que se supõe é que o IBDF lançou um balão de ensaio ao avisar que está prestes a fechar um negócio inédito envolvendo 30 mil dos 15 milhões de hectares do Pantanal Matogrossense a serem transformados em reserva ambiental e cuja manutenção (US\$ 486 mil anuais durante cinco anos) seria garantida por uma multinacional do setor de confecções. O objetivo principal seria pesquisar e promover a preservação da arara azul, espécie em extinção.

Há informações de que a empresa custearia a desapropriação da área (atualmente orçada em US\$ 100 o hectare) e a criação de infra-estrutura para viabilizar a reserva. A cada passo realizado, a multinacional devolveria a área ao IBDF, que cuidaria de sua administração. Em contrapartida, esta empresa estrangeira ganharia exclusividade para explorar comercialmente as imagens de animais e paisagens da área do pantanal.

E é aí que entra a primeira questão: é legal monopolizar pedaços da natureza, um bem público — principalmente considerando que a futura Constituição do País estipula que o Pantanal Mato-grossense é patrimônio nacional.

Em princípio, Edis Milaré, coordenador da curadoria especializada de proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo, considera a restrição "odiosa". Acredita até que, legalmente, esta negociação não seja viável, "mas a verdade é que às vezes a lei acaba protegendo imoralidades" e, portanto, ele prefere antes de qualquer afirmação avaliar e estudar profundamente o assunto.

"Como é possível monopolizar pedaços da natureza para uma só figura, jurídica ou não? Ainda mais uma multinacional? É realmente uma restrição odiosa", comenta ele. Observando outro aspecto da questão, Milaré considera que, desde que todos tenham direitos iguais, a

medida pode vir a ter seus aspectos favoráveis: "Quanto mais gente cuidar da preservação do meio ambiente, melhor", avalia.

Preocupação

Waldir Mantovani, da área de estrutura dinâmica da vegetação do Departamento de Ecologia da USP, também questiona a legalidade da negociação. E tem outras preocupações: "O Pantanal tem muito mais do que 30 mil hectares e, portanto, é necessário verificar cuidadosamente qual área será transformada nesta reserva (o IBDF não divulgou tal informação). É um negócio que deve ser avaliado de forma integrada, com consultas à população local, à população civil em geral e à comunidade científica e ambientalista".

Certamente a população local ainda não foi consultada, uma vez que a entidade ambientalista Reserva Nacional, que vem desenvolvendo o Projeto Pantanal desde o ano passado, até ontem não tinha tomado conhecimento da negociação. E Waldir Mantovani torna a avaliar: "O IBDF não consegue cuidar da preservação de nossas áreas ambientais. Assim, do ponto de vista ambientalista, a medida pode até ser benéfica". Mas como há tantas dúvidas em torno da questão "é necessário tornar esta história mais transparente".

Dante Mariutti, do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, acha tudo "muito interessante". Claro que desde que o IBDF continue mantendo seu poder de fiscalização. "De resto, basta aplaudir a medida e esperar que abra portas para outras iniciativas deste tipo", diz ele. Mesmo se tratando de uma multinacional? "Mesmo assim. Afinal, quem é que mais gera empregos neste país que as multinacionais?"

Lobby

Outra dúvida de Waldir Mantovani: "Não passaria tudo de uma espécie de lobby para melhorar a imagem das multinacionais no País neste momento em que se discute tanto a abertura ou não da entrada do capital estrangeiro?"

Na opinião do professor José Goldenberg, reitor da USP, "há sérios riscos neste negócio. E, portanto, é fundamental que seja muito bem balizado". Goldenberg vê nesta atitude do IBDF uma "medida de desespero. O poder público vê que não consegue garantir a preservação das áreas e repassa a responsabilidade à iniciativa privada. Por um lado pode até ser positivo, mas quem garante que eles preservarão de fato a reserva?"



Parte do Pantanal poderá ser cedido temporariamente a uma multinacional para pesquisas